



Marcelo Vinícius Granja

Marcelo Vinícius Granja é servidor público distrital, assistente de trânsito do Departamento de Trânsito (Detran) do Distrito Federal, desde 1991. Atualmente, está como Diretor de Educação de Trânsito do Detran/DF e atua nesta área há mais de 25 anos. Ele é bacharel em Administração e tem especialização em Administração Pública, pela FGV, e especialização em Educação e Segurança de Trânsito, pela Fundação Cândido Mendes. Já ministrou cursos e palestras no DF e em outras regiões do país. Foi membro da Câmara Temática de Educação para o Trânsito e Cidadania, do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), de out/2006 a out/2015.

A experiência da Diretoria de Educação de Trânsito - Detran/DF na busca por ações educativas eficientes

1. Revista Com Censo (RCC) - Ao todo, são 25 anos de dedicação à Educação de Trânsito. Como você iniciou essa trajetória?

Marcelo Vinícius Granja - Quando eu ingressei no Departamento de Trânsito do Distrito Federal, em 1991, comecei a trabalhar na área de habilitação, voltado para o processo de formação do condutor. Logo depois, fui atuar na área de educação de trânsito para montar o primeiro grupo de teatro do departamento. Nesse mesmo período, comecei a trabalhar também na implantação da Escola Pública de Trânsito (EPT). Em 1994, assumi a coordenação da EPT, onde fiquei até meados de 1998.

Ao assumir a Divisão de Educação de Trânsito, em 1998, eu vislumbrei que poderíamos implementar muitas ações educativas que fomentassem a mudança no perfil de comportamento do condutor, a começar pela própria formação do habilitado, de forma que ele chegasse muito mais consciente nesse processo de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e não simplesmente decorando as regras.

Além disso, percebi que, por outro lado, era necessário ir além e abordar também os demais envolvidos no trânsito e não focar apenas no condutor. A vivência do próprio teatro me trouxe essa visão diferente.

Então, começamos a trabalhar a temática trânsito de uma maneira diferenciada, voltada para as crianças. As ações já não focavam nelas como futuros condutores, mas traziam a vivência de pedestre e ciclista.

E Brasília nessa época gerava muitas expectativas, pois os índices de acidentes estavam muito altos. O ano de 1995 foi o cume dos números negativos em relação ao trânsito.

Com isso, comecei a me envolver cada vez mais na busca do que poderia ser feito para reduzir as estatísticas. À frente da Educação de Trânsito do Detran, participei efetivamente das ações de paz no trânsito, na implantação do respeito à faixa de

pedestre. E essa conquista se deu com as intensas campanhas e ações educativas, mas com certeza também foi fruto da mudança no processo de obtenção da CNH.

2. RCC - Como você disse anteriormente, a implantação da faixa de pedestres foi uma conquista e o Distrito Federal tornou-se referência nacional quanto ao respeito ao pedestre na faixa. Em 2018, por exemplo, houve uma redução de 60% nos atropelamentos fatais em faixas de pedestres não semaforizadas, em relação a 2017. Como foi o processo de implantação da faixa de pedestres e como foi a sensibilização dos condutores do DF para o respeito à faixa?

Marcelo - O dia 1º de abril de 1997 foi um marco na obrigatoriedade do respeito à faixa de pedestre. O mês que antecedeu essa data, por exemplo, foi intenso e com muitas ações educativas e campanhas de conscientização.

No DF, a construção dessa visão do que é uma faixa de pedestre ocorreu anos antes desse marco histórico de 1997, graças às ações educativas, como a implantação da primeira peça teatral do Detran, que já trazia essa referência da travessia segura e do respeito ao pedestre na faixa. Assim, as crianças eram sensibilizadas e levavam a informação para os pais.

Outro fator preponderante foi a implantação da Escola Pública de Trânsito (EPT) anos antes. Entre 1993 e 1997, todos os condutores do DF foram formados pela EPT do Detran. Nessa época, nós tínhamos, por semana, cerca de 2.000 alunos e já discutíamos sobre a faixa de pedestres e trabalhávamos essa conscientização, preparando o cidadão para o trânsito, não apenas para passar na prova de obtenção da CNH.

E quando começamos a trabalhar voltados para a legislação, tanto na questão da infração, quanto na referência do que era uma faixa de pedestre, nós começamos a motivar o próprio departamento a pensar mais nas faixas e assim providenciar mais sinalizações.

3. RCC - As ações educativas de trânsito são voltadas para todos os públicos, mas o público infantil tem um peso maior. Qual o papel da criança na conscientização sobre trânsito seguro?

Marcelo - Dentro desse processo de construção da Educação de Trânsito, observamos que a criança tem dois papéis importantes bem definidos. O primeiro deles é ter a dimensão dos riscos. E, nesse ponto, temos trabalhado intensamente, mostrando para a criança qual é o papel dela no trânsito, resgatando situações próprias da infância, como se portar, onde brincar, onde caminhar, onde pedalar, como atravessar a rua, por exemplo, e quais são as sinalizações que efetivamente valorizariam essa percepção da criança.

Durante muito tempo, trabalhou-se apenas mostrando placas de trânsito, referências que as crianças só teriam na fase adulta. Atualmente quebramos esse paradigma de que a criança apenas é um futuro condutor, e passamos a valorizar a percepção delas.

Num contexto, podemos até trabalhar a simbologia das placas de trânsito, por exemplo, mas com base na referência daquilo que a criança pode utilizar, como as sinalizações voltadas

para os pedestres e ciclistas. Nas cores do semáforo, trabalhamos o verde e o vermelho que são as características do semáforo de pedestres.

Outro papel fundamental da criança no processo educativo é ser o nosso fiscal mirim justamente para a sensibilização dos adultos. Na faixa etária dos sete aos dez anos, os pais tendem a ouvir e a atender à criança.

A gente descobriu que fomentar na criança essa percepção de ser um fiscal mirim é fantástico.

Hoje nós temos uma carteirinha que a caracteriza como fiscal mirim, temos um bloco de anotações onde ela pode fazer algumas anotações sobre aquele que está conduzindo o veículo e dentro dessa referência ela tem a percepção dos riscos das infrações e também da postura que pode cobrar.

4. RCC - Com tanto peso na atuação das crianças no processo educativo, você pode explicar como utilizar estratégias lúdicas para transmitir a mensagem?

Marcelo - Ao longo desses anos, fomos criando algumas referências de peças teatrais. Já tivemos quatro peças, além do teatro de fantoches. E ainda estamos introduzindo o contador de histórias, como estímulo à leitura da criança, produzindo materiais que possam contextualizar o trânsito de maneira tranquila e fácil de ler e entender.

A parte lúdica atrai a atenção não só da criança, mas também do adulto, que é outro viés que temos hoje nas ações educativas. Quando a gente constrói o conhecimento dentro de uma visão lúdica, o público pode participar e se envolver no processo educativo na forma de brincadeira e adquire a percepção do que é risco e do que não é, do que se deve fazer para ser um pedestre com a postura correta. E a peça teatral, além dos nossos jogos educativos, dá essa referência muito forte para a criança, por exemplo.

Outra grande importância de se trabalhar a educação de trânsito de forma lúdica é se aproximar da sociedade e sair daquela obrigatoriedade de uso dos recursos punitivos, do Detran apenas focado em fiscalização. Por meio das palestras e das ações educativas é mais fácil de a sociedade entender que o Detran não é um órgão arrecadador, mas sim educador, preocupado com a segurança viária e com a proteção da vida no trânsito.

Diante disso, nós observamos a necessidade de estarmos nas escolas públicas e particulares. E, dentro dessa busca, nós fizemos parcerias com a Secretaria de Educação, ao longo dos anos. A primeira foi firmada em 1995, onde também trazíamos os professores para dentro do Departamento de Trânsito e esse trabalho era bem efetivo.

Mas a gente observou que para trabalhar a educação desse nosso público-alvo, principalmente quanto à temática trânsito, não adianta o departamento tentar entrar com o viés dos nossos educadores de trânsito, porque a escola tem toda uma metodologia e uma dinâmica próprias. A pedagogia da EPT necessita do aval do profissional que atua na escola, ou seja, do próprio professor.

Por outro lado, nós descobrimos também que se o professor não vestir a camisa e não estiver sensível a essa transversalidade, a esse novo conteúdo, a parceria não dará certo.

Atualmente, estamos com um convênio com a Secretaria de Educação para o projeto Detran nas Escolas, em que a busca é justamente levar a temática trânsito para dentro das escolas, de uma forma que o profissional conheça a importância do conteúdo e possa trabalhá-lo com a turma de uma forma mais pedagógica e mais didática.

5. RCC - Em outubro deste ano, o projeto Detran nas Escolas completará cinco anos, e durante esse período foram cerca de 3.000 professores capacitados. Conte mais sobre o projeto e como a experiência deste primeiro termo de parceria irá influenciar a renovação do convênio.

Marcelo - Nesses últimos cinco anos de convênio com a Secretaria de Educação, a grande vantagem do programa foi manter esse canal de parceria e conscientizar os educadores de que o curso do Detran nas Escolas é realmente muito bom.

Com o projeto, nós conseguimos levar para a Secretaria de Educação, a importância do tema trânsito na formação do aluno. E a inclusão dessa disciplina na programação pedagógica tem a percepção do professor, ou seja, não é um conteúdo isolado.

Hoje nós temos uma Secretaria de Educação que entende e pensa a proposta do Detran como algo necessário no processo educacional.

A grande defesa do programa é de que a estrutura escolar como um todo - dos professores, coordenadores aos diretores - compre a proposta que o trânsito hoje deve ser parte integrante do processo de construção de cidadania, até porque a criança vivencia isso todos os dias a caminho da escola.

No Detran nas Escolas, o professor é o meio para que a gente consiga atingir o público-alvo, que são os estudantes. Entendemos que não adianta ir direto ao aluno. O professor, a coordenação e o diretor também precisam estar envolvidos no processo, para que todos tenham a percepção da importância da transversalidade do trânsito. Se não, a atividade não terá continuidade.

O Detran disponibiliza as ferramentas para a escola, como os jogos educativos, por exemplo, para que o professor use quando achar interessante.

Como novidade na renovação do termo de parceria, a instituição que implantar efetivamente a metodologia de ensino proposta dentro da programação pedagógica será considerada escola parceira e receberá uma placa de identificação. Com isso, ela será atendida de forma mais efetiva nas ações do Detran e na observação das necessidades escolares relacionadas ao trânsito, sejam de Educação, Engenharia ou Fiscalização. Por exemplo: uma solicitação de instalação de placa, de lombada, ou na implantação de faixa de pedestre. A aprovação dos projetos será mais rápida principalmente porque a ideia é de que muitos desses projetos surjam inclusive da percepção dos próprios alunos.

Neste novo termo, o foco será principalmente a escola e a integração entre os professores e a coordenação pedagógica.

6. RCC - No projeto Detran nas Escolas, ações de Engenharia e Fiscalização de Trânsito serão a contrapartida para as escolas parceiras. Como essas três áreas podem trabalhar integradas e quais os ganhos para a sociedade desse trabalho em conjunto?

Marcelo - Atualmente, não tem como essas áreas atuarem isoladas. A Diretoria de Educação está construindo parcerias com a Engenharia e a Fiscalização de Trânsito. Atuando juntos a fim de se aproximar da comunidade e desmistificar o caráter arrecadatário, e reforçar que o objetivo maior é preservar vidas. Para isso, a programação é de que as ações externas, tais como as blitzes educativas, sejam organizadas em conjunto com as demais áreas.

A ideia é que antes de ocorrer uma ação efetiva de fiscalização, as equipes da educação atuem primeiramente buscando sensibilizar a comunidade por meio de ações lúdicas. A participação dos agentes de trânsito nas ações educativas é imprescindível, para que as pessoas percebam que a fiscalização atua também num papel educativo, sem vincular apenas a um processo punitivo. A educação é a melhor direção. ■